

## PODE HAVER UMA CIÊNCIA FEMINISTA?

(Alberto Cupani, UFSC)

*Observação: Este texto foi escrito há vários anos. Fico antecipadamente grato aos debatedores por novas referências bibliográficas e argumentos.*

Diversas filósofas, cientistas e historiadoras feministas criticam duramente a ciência moderna, natural e social, bem como a epistemologia que as analisa. Ambas estariam, conforme essa crítica, deformadas por valorações “androcêntricas” (vale dizer, formuladas desde a perspectiva dos varões) e sexistas (ou seja, depreciativas do sexo feminino). Apesar da sua pretensão de objetividade (e precisamente por isso), a ciência ter-se-ia convertido em um elemento fundamental da política de dominação do homem branco, europeu, de classe superior. As feministas lutam para opor a essa ciência, e à epistemologia que acreditam estar justificando-a, outras práticas de conhecimento mais fecundas e politicamente libertadoras.

Apresentarei aqui os principais temas da crítica feminista da ciência moderna, bem como algumas propostas que delineiam seu novo conceito de ciência, fazendo finalmente uma apreciação crítica das mesmas. É importante antecipar que tanto a crítica feminista da ciência como as propostas não são inteiramente homogêneas, existindo ao que parece três correntes. Uma delas (“empirismo feminista”) detecta falhas na prática científica convencional e propõe corrigi-las, aprimorando a ciência quase sem alterar seus critérios e procedimentos básicos. Uma outra, inspirada em teses marxistas, reivindica a superioridade da “posição feminista” para alcançar uma percepção e explicação mais fidedignas da realidade e inspira uma ciência mais modificada. A terceira corrente, derivada do “Pós-modernismo”, parece propor uma ciência feminista *sui generis*. A essa pluralidade de correntes se soma uma diversidade de inspirações filosóficas (Quine, Heidegger, Foucault, Gadamer, Nietzsche...).

A mencionada diversidade de orientações e inspirações dificulta as generalizações a propósito da visão feminista da ciência e mais ainda o propósito de submetê-la a crítica. No entanto, é possível identificar tópicos comuns (tratados sempre de diversa maneira, ou com diferente ênfase) e também, formular críticas que, apesar de suscitadas por afirmações de algumas autoras em particular, valem como reparos à posição examinada, em geral.

### Aspectos da crítica feminista

O aspecto originário da crítica feminista da ciência encontra-se nos trabalhos que detectam distorções (*bias*) devidas a preconceitos sexistas em pesquisas aparentemente corretas. Cito como exemplo o caso, analisado por Helen Longino (1990, cap. 6), de estudos sobre a evolução humana em que os antropólogos (homens!) interpretam os escassos achados culturais (pedras modificadas deliberadamente) como indícios da

atividade, supostamente masculina, de caçar, que teria assim predomínio na evolução de traços especificamente humanos de conduta. Longino observa que dados e hipóteses não podem ser intervencionados tão somente por relações de inferência, sendo sempre necessárias pressuposições que dêem significado aos dados. Isso é comprovado pelo fato de que antropólogas (mulheres!) propõem uma outra interpretação, pela qual aquelas pedras seriam instrumentos para abrir frutos ou extrair raízes, uma interpretação que daria à fêmeas um papel evolutivo maior. Os cientistas que preferem a primeira interpretação parecem considerar como óbvia a superioridade dos machos, o que corresponderia ao estereótipo do varão como o mais forte e aquele que fornece o sustento da família, típico da cultura ocidental. De maneira análoga, segundo Longino e outras autoras, é possível detectar pressuposições machistas em estudos biológicos tais como os relativos a diferenças sexuais (onde o peso da cultura é minimizado) e em estudos psicológicos que comparam a conduta de meninos e meninas (tanto a teoria freudiana como as de Piaget e Erikson sofreriam da mesma distorção em favor dos varões)(v. Gilligan 1987).

A crítica feminista não se limita a assinalar defeitos nas pesquisas específicas, mas crê detectar sexismo na orientação total de certas disciplinas. Já sugeri pela última observação acima, que a toda a Psicologia pode ter essa deformação. A Economia, mesmo na sua versão marxista, é censurada por não haver reconhecido, junto com a questão da reprodução de bens, a questão da reprodução de vidas, que equivale à reprodução dos *gêneros*, marcados eles mesmos, não apenas pelo capitalismo, mas também pelo patriarcalismo da nossa sociedade. A ciência econômica geralmente praticada impede, de acordo com as feministas, perceber a dominação das mulheres pelos homens dentro do atual sistema de produção (Hartmann 1987). De maneira análoga é criticada a Sociologia, à qual se reprocha ter-se limitado sempre à visão masculina da sociedade, descuidando o mundo privado e informal da atividade feminina que sustenta o mundo das atividades formais e oficiais dos homens. Devido a isso, as mulheres carecem de categorias sociológicas para pensar seu mundo ou para descrever a sua perspectiva do mundo comum (Milman & Kanter 1987; Smith 1987; Harding 1993, cap. 4). Vista nesse contexto, a Sociobiologia, para a qual as diferenças sexuais culturais se explicam biologicamente, não é mais do que um caso extremo de uma tendência geral (Nelson 1990, pp. 156 ss).

A crítica feminista prolonga-se, em algumas autoras, como crítica da ciência ocidental como tal e em seu conjunto, entendida como instrumento e manifestação de uma cultura androcêntrica. Em particular, a pretensão de que a ciência, seguindo o modelo da Física, constitua um conhecimento objetivo e de validade universal, transcendente aos condicionamentos culturais, é para as feministas equivocada e nociva. Essa idéia da ciência, além de omitir os defeitos e as dificuldades de todo empreendimento científico, camufla o papel que a ciência teve em políticas repressivas de classes, culturas e, obviamente, do gênero feminino. A ciência – argumentam as feministas – é sempre política, mesmo quando a nega, e precisamente por isso. Alegam que essa ciência que se pretende universal se constituiu mediante a exploração das

culturas não europeias, cuja contribuição para o saber mundial continua a ser minimizado pela História oficial (Harding 1998). Trata-se da mesma ciência que ao longo da sua história foi uma profissão de homens, e que ainda hoje discrimina as mulheres dentro dos seus quadros (Schiebinger 1987). A atitude científica, e em particular a aspiração à objetividade, é, segundo as feministas, um reflexo da postura do homem moderna perante a Natureza que quer dominar. Chamando a atenção para as metáforas com que dede Francis Bacon se alude à pesquisa científica (como a de “lutar com a Natureza” para que “revele seus segredos”), as feministas denunciam a freqüente identificação da Natureza (a “mãe Natureza”) com a mulher, submissa ou rebelde (e dominável). A ciência moderna – argumentam – vive da contraposição entre o abstrato e o concreto, o espiritual e o material, o racional e o emotivo, o cultural e o natural, dicotomias essas em que sempre o primeiro elemento corresponde ao masculino e o melhor. Autoras como Evelyn Fox Keller (1985) e Susan Bordo (1987) destacam o caráter androcêntrico de todo o pensamento filosófico ocidental, desde Platão, e Carolyn Merchant, em um livro muito citado, vincula o desenvolvimento da ciência experimental, aliada ao capitalismo, com a “morte da Natureza” entendida como um ser vivo, morte essa paralela à repressão da subjetividade feminina, manifestada sobretudo na caça das bruxas (Merchant 1990).

#### Críticas à posição feminista

As afirmações das críticas feministas da ciência foram questionadas de diversa maneira. Susan Haack (1998), ela mesma assumida como feminista, julga que a posição das autoras que reivindicam uma ciência diferente resulta da confusão da atitude científica e a atitude política, o que leva a confundir por sua vez os processos de aceitação das idéias com as razões da sua validade ou garantia. Sem negar que haja preconceitos androcêntricos nas pesquisas, Haack os julga perniciosos por constituírem ciência ilusória ou desonesta, não por representarem um modelo de investigação a ser substituído. Outros autores (como Soble 1998 e Ruse 1998), criticam as conclusões das autoras feministas a partir das metáforas utilizadas por filósofos e cientistas como Bacon e Darwin, mostrando que as interpretações feministas exageram a importância daquelas figuras de linguagem e que, em certos casos, as críticas não têm suficiente fundamento. Esses autores rejeitam também afirmações factuais das feministas que vinculam mudanças na perspectiva de certas disciplinas (por exemplo, na maneira de descrever o comportamento de óvulos e espermatozóides) com a crítica feminista. Outra autora (Janet Radcliffe-Richards 1996) lembra que as reivindicações sociais feministas cresceram na medida em que pesquisas científicas *convencionais* mostraram as diversas formas de discriminação e submissão da mulher, ao mesmo tempo em que o movimento feminista suscitava novos temas de pesquisa. Esta autora sustenta que os resultados das pesquisas, para ter valor, devem ser aceitáveis por e para qualquer pessoa, e não apenas para as feministas. As propostas de uma ciência diferente, que incorporasse modos de conhecimento peculiares às mulheres (como sugerem algumas feministas), ou que retificasse supostos erros (como a substituição do ofício de parteira pela medicina científica, criticada por algumas feministas), deveriam ser demonstradas

cientificamente. Com outras palavras, Radcliffe-Richards não vê razão para que os critérios a que estamos acostumados modernamente para aceitar crenças (respeito à lógica e às evidências) sejam abandonados ou radicalmente modificados. Além do mais, assinala essa autora, a insistência em capacidades peculiares da mulher (defendidas por algumas feministas) que deveriam fazer com que as mulheres evitem a ciência “androcêntrica” implica o risco de querer segregar novamente as mulheres em âmbitos que elas conquistaram graças ao pensamento esclarecido (como a medicina). Outra feminista (Louise Anthony 1993) combate o ataque à noção de objetividade científica. Embora rejeite a identificação da objetividade com a neutralidade, Anthony nega que se possa decidir a priori quais preconceitos favorecem e quais impedem o conhecimento. Isso significa que nem uma pesquisa influenciada por valores feministas, nem uma outra influenciada por valores androcêntricos conduz a resultados forçosamente falsos ou verdadeiros.

### Conclusão

A avaliação crítica das pretensões feministas em matéria de ciência é certamente difícil, como já disse, em razão da diversidade de questões abordadas e das orientações teóricas. Além do mais, as autoras pertencem a diversos campos de conhecimento (Filosofia, História e ciências como a Biologia), o que faz com que julgar o mérito de alguns escritos exija um bom conhecimento filosófico, enquanto outros requerem formação histórica ou científica. É possível, contudo, adotar uma posição frente a tópicos mais específicos e ensaiar alguma apreciação geral.

A começar pelas afirmações menos revolucionárias, é evidente que as pesquisas científicas podem certamente estar deformadas por preconceitos desfavoráveis às mulheres, e é possível que esses preconceitos sejam difíceis de perceber, até pelos cientistas, numa sociedade em que as mulheres têm ainda uma posição social não equivalente à dos homens em diversos sentidos. Por conseguinte, é também possível que o olhar do setor social prejudicado (as mulheres) consiga detectar deturpações em pesquisas pretensamente objetivas. As análises que sugerem a pressão de valores androcêntricos na seleção de hipóteses, na opção por determinadas teorias e na interpretação dos dados são *prima facie* convincentes da sua *verossimilhança*. No entanto, é óbvio que a *verdade*, embora provisória, de tais conclusões tão somente pode ser estabelecida por quem tenha bons conhecimentos na correspondente área específica. O que se adverte, todavia, na literatura feminista, é que aquelas análises são constantemente citadas como se tivessem uma força probatória indiscutível. Com outras palavras, se passa da afirmação de uma *possibilidade* para a afirmação de um *fato*. E mesmo que se tratasse de fatos, esses casos não provariam que tais deformações sejam normais na respectiva ciência.

Uma observação análoga merecem as interpretações do significado de figuras históricas, como Francis Bacon ou Descartes, para o desenvolvimento de uma Ciência “machista”. Aqui também a plausibilidade da interpretação só pode ser devidamente apreciada por

um estudioso daquelas figuras. Pode ocorrer que a interpretação se revele, por sua vez, como produto do preconceito. E ainda que tenha sido rigorosa, o trabalho historiográfico dificilmente admite uma única interpretação, como todo historiador sabe. A interpretação da obra cartesiana, por exemplo, como expressão da ansiedade do homem que começa a ser moderno (Susan Bordo), ou a vinculação das expectativas de Bacon sobre a utilidade da Ciência com a exploração capitalista da Natureza e a caça das bruxas (Carolyn Merchant), são vastas especulações (entre outras) que requerem uma verificação detalhada, tal vez impossível. Elas podem contribuir para refletir sobre o rumo histórico da ciência, mas é problemático que possam fundamentar uma ciência diferente.

As observações anteriores valem também, obviamente, para a crítica feminista da linguagem científica e filosófica. Aceitando que a intenção de um autor ao usar metáforas suspeitas de sexismo é algo passível de pesquisa rigorosa, resta saber qual foi a influência e a função epistêmica de metáforas questionadas pelo feminismo (como a “violação” da Natureza, a “passividade” feminina, a “iniciativa” do espermatozóide na fecundação, etc.). Creio que, sem desprezar a influência das palavras no imaginário social, a associação de determinadas expressões com determinadas influências talvez seja mais irregular do que se pensa. Vejamos um exemplo: nas línguas ocidentais, a alma é designada, desde a *psyché* grega, por uma palavra feminina (“*anima*”, “alma”, “âme”, “Seele”, etc.). “Corpo” (*soma*, “corpus”, “corps”, “Leib”, etc.), por sua vez, é uma palavra masculina (ou neutra). Por outra parte, supõe-se que a tradição cultural ocidental sempre privilegiou a alma sobre o corpo (um assunto também enfatizado pelas feministas). Se tudo isso for verdade, resultaria que haveria antes um gine-centrismo (e não um andro-centrismo) em nossa tradição. Vale a pena reparar também em que a razão e a ciência, condenadas por “machistas”, são designadas por palavras femininas. Em todo caso: da utilização de metáforas na formulação de problemas ou teorias não podemos inferir que o conhecimento produzido seja necessariamente equivocado ou distorcido.

A percepção da relevância epistemológica das metáforas androcêntricas é um aspecto da alegada perspicácia que sua posição socialmente marginalizada daria às mulheres, no sentido de elas poderem perceber mais realisticamente o mundo social. Aqui também acredito que, como conjectura, a idéia é verossímil, embora deva ser submetida a teste sistemático em vez de ser proclamada como quase óbvia (ou pior ainda, convertida em uma verdade que seria acessível apenas aos que compartilham da “posição feminista”).

Já no que diz respeito a haver uma ciência especificamente feminista, as autoras que estudei não parecem, em geral, defender nenhuma metodologia ou técnica alternativa. Antes, o que parece caracterizar as pesquisas feministas seria uma diferente atitude ou preocupação (social). Não obstante, em certos casos se alude também a uma maneira diferente de pesquisar, como quando uma autora (Hilary Rose, 1987) reclama que o conhecimento incluía “o coração”, ou quando se sugere que as mulheres têm (ou têm mais) capacidade de vincular-se a outras pessoas que os homens. Porém, trata-se de

noções vagas. Em poucos casos é mencionado algo parecido a uma diferente estratégia de pesquisa, como na referência de Evelyn Fox Keller (1985) ao seu estudo da geneticista Carol McKinnon, cujo “sentimento do organismo” lhe teria possibilitado uma descoberta talvez inacessível por meios ortodoxos. Outras defesas de uma ciência diferente consistem na menção de alguma teoria alternativa de outra conhecida (como a Teoria das Relações de Objeto [*Object Relations Theory*] contraposta à teoria psicanalítica padrão em Psicologia da Personalidade), ou a substituição, em Biologia Molecular, do modelo de controle de umas células por outras por um modelo de comunicação entre células)(Lisa Weasel 2001). Nestes casos, tratar-se-ia de recursos científicos normais, ou seja, a proposta de uma nova teoria ou um novo modelo aparentemente mais bem adequados aos fatos. Portanto, parece-me mais verossímil entender por “ciência feminista” a pesquisa convencional, melhorada pelas preocupações feministas, em vez de um tipo de pesquisa radicalmente diferente.

Se essa conclusão for verdadeira, quais seriam as principais modificações introduzidas na atividade científica pela atitude feminista (para além da identificação de deturpações e omissões?). Lorraine Code (1991, pp. 150 ss.) comentando o trabalho de três mulheres cientistas, destaca como características de uma ciência feminista a resistência à tentação de controlar o objeto de estudo; a consciência de não ser neutral; a disposição a deixar que os objetos “falem por si mesmos”; a luta contra o reducionismo; a preocupação pelo diferente e o sentido da responsabilidade do pesquisador. Por sua vez, Helen Longino (1996) sugere que certas “virtudes teóricas” sustentadas pelas feministas podem corrigir as deformações sociais da ciência. Elas seriam: preferência pela novidade (vs. o respeito pela consistência teórica, que pode consolidar preconceitos), pela heterogeneidade ontológica (vs. o reducionismo) e pela pluralidade de modelo (vs. as explicações simplificadas). Acrescenta a conveniência de adotar virtudes pragmáticas tais como a aplicabilidade de teorias a necessidades humanas atuais e sua utilidade para descentralizar o poder na sociedade. É difícil afirmar que essas recomendações não melhorem a pesquisa. É igualmente difícil supor, sem algum tipo de estudo comparativo, que isso efetivamente ocorra.

*Nota:* em razão das exigências relativas à extensão máxima dos trabalhos, não pude incluir a crítica feminista da epistemologia que sustenta a ciência.

#### Referências:

- Anthony, L. (1993) “Quine as Feminist. The Radical Import of Naturalized Epistemology”, in: L. Anthony & C. Witt eds. *A Mind of One's Own. Feminist Essays on Reason & Objectivity*. Boulder: Westview Press.
- Bordo, S. (1987) *The Flight to Objectivity. Essays in Cartesianism and Culture*. Albany: State University of New York Press.

- Code, L. (1991) *What can She Know? Feminist Theory and the Construction of Knowledge*. Ithaca: Cornell University Press.
- Gilligan, C. (1987) ‘Woman’s Place in Man’s Life Cycle’, in: S. Harding ed. *Feminism and Methodology*. Bloomington: Indiana University Press.
- Haack, S. (1998) *Manifest of a Passionate Moderate*. Chicago: The University of Chicago Press, caps. 6 y 7.
- Harding, S. (1993 [orig. 1986]) *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press.
- Harding, S. (1998) *Is Science Multicultural?* Bloomington: Indiana University Press.
- Hartmann, H.I. (1987) “The Family as the Locus of Gender, Class, and Political Struggle. The Case of Housework”, in: S. Harding ed. *Feminism and Methodology*. Bloomington: Indiana University Press.
- Keller, E. F. (1985) *Reflections on Gender and Science*. New Haven/London: Yale U.P.
- Longino, H. (1990) *Science as Social Knowledge. Values and Objectivity in Scientific Inquiry*. Princeton: Princeton University Press.
- Longino, H. (1996) “Cognitive and Non-cognitive Values in Science. Rethinking the Dichotomy”, in: L. Anthony & C. Witt eds. *A Mind of One’s Own*, ed. cit.
- Merchant, C. (1990 [orig. 1980]) *The Death of Nature. Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. San Francisco: Harper San Francisco.
- Milman, M. & R.M. Kanter (1987) “Introduction to *Another Voice: Feminist Perspectives in Social Life and Social Science*”, in: S. Harding ed. *Feminism and Methodology*, ed. cit.
- Nelson, L.H. (1990) *Who Knows. From Quine to a Feminist Empiricism*. Philadelphia: Temple University Press.
- Radcliffe-Richards, J. (1996) “Why Feminist Epistemology Isn’t”, in P. Gross et alii, *The Flight from Science and Reason*. Princeton: Princeton University Press.
- Rose, H. (1987) “Hand, Brain, and Heart: A Feminist Epistemology for the Natural Sciences”, in: S. Harding e J. O’Barr, *Sex and Scientific Inquiry*, ed. cit.
- Ruse, M. (1998) “Is Darwinism Sexist? (And if it is so, what?)”, in: N. Koertge ed. *A House Built on Sand. Exposing Postmodern Myths about Science*. New York: oxford University Press. .

- Schiebinger, L. (1987) “The History and Philosophy of Women in Science: A Review Essay”, in: S. Harding & J. O’Barr, *Sex and Scientific Inquiry*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Smith, D. (1987) “Women’s Perspective as a Radical Critique of Sociology”, in: S. Harding, *Feminism and Methodology*, ed. cit.
- Soble, A (1998) “In defense of Bacon” in: N. Koertge ed. *A House Built on Sand*, ed. cit.
- Weasel, L. (2001) “The Cell in relation: An Ecofeminist Revision of Cell and Molecular Biology”, in: M. Lederman & I. Bartsch, *The Gender and Science Reader*. London: Routledge.

Essa desconfiança em relação à ciência moderna expande-se em algumas feministas na forma de uma crítica de toda a Epistemologia tradicional (da tradição analítica e empirista). Para essa Epistemologia, que acredita poder examinar o conhecimento desde fora, por assim dizer, o conhecimento é produto de um sujeito individual, impessoal e autônomo, capaz de superar preconceitos e instalar-se, mediante o uso metódico da razão, num plano superior (o do sujeito “epistêmico” ou “transcendental”) ao qual corresponde uma experiência comum, sinal de informação objetiva acerca do mundo. O conhecimento é entendido como uma relação de distância entre sujeito e objeto, de abstinência de valorações, de controle da emoção. Além do mais, em essência o conhecimento não implica a sua utilização (vale dizer que a ciência é antes de mais nada “pura, e apenas secundariamente “aplicada”). Por sua vez, o objeto de semelhante conhecimento pode ser qualquer entidade, natural ou humana, embora o modelo implícito desse conhecimento seja sempre a ciência natural.

Para as feministas, a Epistemologia não deveria ser concebida como transcendente à própria ciência, mas como uma atividade semelhante a ela (de onde a preferência das feministas pela “Epistemologia Naturalizada”). A Epistemologia apriorística é uma especulação que esquece que todo conhecimento é uma prática situada e, portanto, influenciada pelas circunstâncias (ver Code 1991, cap. 1). Ao considerar um sujeito e um objeto abstratos, essa Epistemologia encobre as condições concretas do exercício do conhecimento. A prática cognitiva não é apenas uma luta com a matéria do mundo, mas também com outros seres humanos. Ou seja, trata-se de uma luta política. A distinção entre o subjetivo e o objetivo não deve aludir uma (inexistente) separação entre um âmbito externo e outro interno na experiência humana, mas antes

aos pólos de uma sucessão de formas de conhecimento (das mais ligadas à prática, à situação concreta, à emoção, até as mais abstratas, teóricas, “desinteressadas”). Um particular receio merece aos olhos da crítica feminista a noção de um sujeito de conhecimento abstrato, transcendental. A sua aparente impessoalidade ocultaria a sua verdadeira índole, correspondente ao “homem adulto (embora não velho, branco, razoavelmente opulento, educado, com status, propriedade e relações públicas aceitáveis” (Lorraine Code). Esse sujeito transcendental, a sua alegada independência e o conhecimento “objetivo” que pode alcançar, seriam os “artefatos” de um certo tipo de subjetividade que exclui, teórica e praticamente, todas as outras subjetividades. E a correspondente Epistemologia não seria apenas uma abstração, mas uma ideologia destinada a manter a ordem social.

#### A reivindicação de uma Epistemologia Feminista

A freqüente reivindicação de uma Epistemologia Feminista é, como o próprio movimento feminista, doutrinariamente ambígua. Mesmo não levando em consideração as diferenças entre as tendências feministas antes citadas, a expressão parece referir-se tanto a uma melhor noção do conhecimento humano como a uma diferente maneira de entender e praticar o conhecimento científico, em particular. No entanto, em ambos os casos a nova epistemologia responderia a duas aspirações: fundamentar-se na experiência das mulheres e servir de arma de luta política em pro dos direitos femininos.

No que diz respeito ao conhecimento em geral, as autoras feministas enfatizam sobretudo o aspecto “situado” do conhecimento humano. Por isso, colocam no coração da Epistemologia uma questão sem sentido para a Filosofia tradicional: *Quem conhece?* (v. Nelson 1990, esp. Cap. VI). O conhecimento – argumentam – é social em todos seus aspectos e dimensões. Por conseguinte, leva a marca de uma cultura e está inserido na luta política (em sentido amplo). A noção de um sujeito transcendental ou epistêmico, longe de corresponder a um dado, é para as feministas algo a ser explicado, sobretudo porque esse sujeito é a sede do conhecimento tido como superior, e até como o único confiável, para muitas pessoas. Essa confiabilidade é a rigor uma pista relativa à questão da autoridade que essa estranha subjetividade (estranha por não ser situada) representa. Contrariamente à visão tradicional, não é a confiabilidade do conhecimento que fundamenta a sua autoridade: esta última fundamenta aquela. Por isso, importa à nova Epistemologia descobrir os mecanismos pelos quais a autoridade se um segmento social se impõe a todos os outros como validade “universal”. Sobretudo, é claro, a maneira como a autoridade masculina se esconde por trás da aparência do conhecimento “objetivo”. Em conseqüência, a Epistemologia Feminista rejeita também a noção de uma distância ou separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Sujeito e objeto são o produto de circunstâncias em que reciprocamente se definem, e a partir delas devem ser entendidos. Ao rejeitar igualmente a idéia do conhecimento como pura relação intelectual, o Feminismo propõe buscar na prática social a justificação aludida na definição tradicional do conhecimento (“crença verdadeira justificada”) e a explicação para o fato de que, sendo a cognição sempre local, determinadas crenças

pareçam “universalmente válidas”. Por outra parte, as feministas reclamam atenção para a experiência feminina, tanto da Natureza como do mundo social, como um dos fundamentos do conhecimento. Não se trata de qualquer experiência das mulheres, pois na maioria dos casos elas estão influenciadas pelos estereótipos masculinos dominantes. Há de se resgatar a experiência suscitada pela atitude e a luta feminista, a experiência que mostra o quanto estão distorcidas as vivências pelas estruturas de poder, e o quanto são menosprezados os modos de saber femininos (por exemplo, o saber emotivo sobre os filhos, o saber dar a luz; v. Harding 1998, p. 106). As feministas propõem também reconsiderar a noção de objetividade científica, de modo a não excluir certo relativismo (reconhecendo que existem diversas formas de descrever o mundo), nem se pretenda neutral (admitindo que há preconceitos não advertidos pelos cientistas, e que alguns preconceitos podem até favorecer o progresso do saber)(Code 1991; Harding 1993; Keller 1985). Uma ciência feminista se caracterizaria, não pelos seus métodos ou técnicas de pesquisa (embora algumas autoras o sugiram), mas por enquadrar a prática científica dentro de aquelas convicções.

O aspecto mais discutível da posição feminista é, certamente, a noção de que possa haver algo assim como uma Epistemologia para a qual a questão relativa a quem conhece seja crucial. Na versão tradicional da Epistemologia como disciplina filosófica, aberta ou implicitamente normativa, a questão não parece ter sentido. Mas as feministas inclinam-se para uma epistemologia naturalizada. Em tal caso, podere-s-ia dizer que as reivindicações feministas serviriam para entender melhor como é buscado e formulado o conhecimento, principalmente do social.